



REVISÃO DO PROJETO DO PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO EB23 JOÃO MEIRA

FEVEREIRO.2025

Aprovo o presente caderno de encargos
O Presidente da Câmara Municipal
(Dr. Domingos Bragança)

CADERNO DE ENCARGOS BENS E SERVIÇOS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. É objeto do presente contrato a **“Aquisição de Serviços de Revisão do Projeto do Pavilhão Gimnodesportivo EB2/3 João de Meira”**, de acordo com os documentos pré-contratuais, sendo as eventuais contradições entre eles resolvidas de acordo com as regras estabelecidas no Código dos Contratos Públicos.
2. O objeto da presente contratação estrutura-se de acordo com as componentes anexas a este caderno de encargos.
3. As regras específicas quanto ao objeto do contrato e condições de execução encontram-se nas cláusulas especiais deste caderno de encargos, que dele fazem parte integrante.
4. Conforme o objeto do contrato, são aplicáveis especificamente as regras constantes dos artigos 437.º a 449.º, na contratação de fornecimento de bens, ou dos artigos 450.º a 454.º, na contratação de serviços.

Cláusula 2.ª

Partes

O contraente público é o Município de Guimarães e o cocontratante o adjudicatário.

Cláusula 3.ª

Cessão da posição contratual

1. O adjudicatário não pode ceder a sua posição contratual, exceto se para isso for autorizado pelo contraente público, ou, nos termos do número seguinte, deste artigo.

2. O adjudicatário pode ser forçado a ceder a sua posição contratual, nos termos do artigo 318.º-A, do Código dos Contratos Públicos.
3. A cessão da posição contratual pelo contraente público é regulada pelo artigo 324.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 4.ª

Gestor do contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A, do Código dos Contratos Públicos, o gestor do contrato é o Arqt Filipe Silva, com quem o adjudicatário tem a obrigação de cooperar, de modo diligente e célere.
2. O Município de Guimarães pode substituir, a qualquer momento, o gestor do contrato, tornando-se essa substituição válida e eficaz por mera comunicação ao adjudicatário.
3. Ao gestor do contrato cabe o acompanhamento permanente da execução do contrato, não existindo, no momento em que é assumida a decisão de contratar, qualquer delegação de competência em seu benefício.
4. A ação do gestor do contrato exerce-se sem qualquer conflito de competências com os poderes de fiscalização e de direção da execução do contrato, aos quais está sujeito o adjudicatário.

Cláusula 5.ª

Prazo e plano de execução

1. O contrato é para ser cumprido **em duas fases distintas**:
. No âmbito do Projeto de Execução, a **primeira fase** durará no máximo **10 dias**, e a **segunda** durará no máximo **5 dias**, computando-se o prazo total de **15 dias**.
Neste trabalho, numa **primeira etapa**, o cocontratante identificará se existem erros, por ação ou omissão, que considere graves, e qual o meio de correção adequado, vertendo a análise para um relatório preliminar. Numa **segunda etapa**, após a pronúncia do projetista à sua análise entregará o relatório final.
Perfazendo no tal **15 dias**, não contínuos, para execução do contrato.
2. De acordo com as disposições do caderno de encargos, e com a proposta adjudicatária, é incluído em anexo ao contrato um plano de execução, de onde conste, de modo claro e inequívoco, como deve ser cumprido o contrato, e como esse cumprimento é acompanhado das obrigações de retribuição pelo contraente público.

Cláusula 6.ª

Obrigações do adjudicatário

O adjudicatário está obrigado a cumprir escrupulosamente o contrato, executando-o com diligência e em respeito por todas as regras aquilo a que se comprometeu, pela apresentação da sua proposta, e pela assinatura da declaração que corresponde ao Anexo I, ao Código dos Contratos Públicos, e, neste contexto, nomeadamente:

- a) Cumprir, no global e no detalhe, o que lhe compete, nos termos do plano de execução;
- b) Prestar caução, quando exigida;
- c) Avisar, de imediato, o contraente público de qualquer obstáculo, incidente ou dificuldade que perturbe, ou possa perturbar, a execução do contrato;
- d) Obter todas as licenças, autorizações, ou recolher quaisquer acordos, que sejam necessários para a execução do contrato;
- e) Suportar todos os custos com a execução do contrato, unicamente por conta do pagamento do preço contratual, ou da parte do preço contratual que corresponda ao que o cocontratante efetivamente executou;
- f) Contratar o pessoal que seja necessário à execução do contrato;
- g) Contratar a aquisição de bens ou a prestação de serviços, necessárias à execução do contrato;
- h) Pagar todas as taxas, contribuições e impostos, que resultem, para si, da execução do contrato;
- i) Respeitar as ordens, instruções e diretivas que lhe sejam dadas pelo contraente público, diretamente ou através dos seus representantes, nos termos dos poderes de conformação da relação contratual, segundo o disposto no Código dos Contratos Públicos;
- j) Colaborar com o gestor do contrato;
- k) Celebrar os contratos de seguro a que esteja obrigado, nos termos do caderno de encargos, e apresentar ao contraente público, os recibos comprovativos do pagamento dos prémios, de modo a que os seguros estejam vigentes durante todo o período de execução do contrato, acrescido do período de garantia;
- l) Comparecer às reuniões para as quais seja convocado por escrito pelo contraente público, sendo que, sempre que exista uma situação de incumprimento, e for adequadamente avisado do teor do incidente, participar nessa reunião com as respostas correspondentes às questões da ordem de trabalhos;
- m) Assumir as responsabilidades perante terceiros, sempre que, por ação ou omissão sua, seja a esses terceiros causado prejuízo, indemnizando correspondentemente;
- n) Respeitar todo o normativo, legal e regulamentar, que intervenha na execução do contrato.

Cláusula 7.ª

Subcontratação

A subcontratação é regida pelos artigos de 317.º a 321.º, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 8.ª

Preço contratual

1. O preço contratual é aquele que resulta da aceitação da proposta do adjudicatário.
2. Pelo recebimento do preço contratual, o adjudicatário obriga-se à execução integral do contrato, sem direito a qualquer remuneração suplementar, ou a qualquer verba a título de revisão de preços.
3. Não será feito qualquer pagamento, total ou parcial, que não tenha como justificação a execução das obrigações do cocontratante, e unicamente após a confirmação pelo contraente público, da efetiva execução.
4. O contraente público está obrigado ao pagamento pontual dos valores que lhe competem, sob pena de incorrer em responsabilidade por juros, nos termos legais aplicáveis.
5. Não existe qualquer pagamento a título de saldo, isto é, de diferença entre aquilo que seja o preço contratual, e o que seja certificado pelo contraente público como prestação executada pelo adjudicatário.
6. Não há lugar a qualquer pagamento de prémios, seja por cumprimento antecipado, ou por qualquer outro fundamento.

Cláusula 9.ª

Procedimentos para pagamento

1. Quando esteja cumprida qualquer prestação que caiba ao adjudicatário, que justifique que seja feito um pagamento por parte do contraente público, será esse cumprimento por este certificado, e assim comunicado ao adjudicatário.
2. Se não estiver cumprida integralmente uma prestação, nos termos previstos no plano de execução do contrato, o contraente público reduzirá o pagamento parcial ao que corresponda ao efetivamente executado.
3. Depois de certificado o cumprimento, as faturas, ou documento equivalente, serão pagas no prazo máximo de trinta dias.
4. Forma de pagamento: **Pagamento por fases** (Conforme cláusulas especiais em anexo)

Cláusula 10.ª

Obrigações do contraente público

1. O contraente público deve, nos termos dos artigos 286.º, 289.º e 291.º, todos do Código dos Contratos Públicos, cooperar com o adjudicatário, no sentido de ser obtido o melhor resultado possível do cumprimento do contrato.
2. Em especial, o contraente público, através dos seus representantes, deve praticar todos os atos que lhe competem, no âmbito do caderno de encargos, comparecendo sempre que necessário, e procedendo à receção do que lhe seja destinado, desde que cumprido o plano de execução.

3. O contraente público, salvo se especificado de outro modo nas cláusulas especiais do caderno de encargos, não tem qualquer obrigação de facultar quaisquer meios, físicos ou materiais ou locais, para o cumprimento do contrato.

Cláusula 11.ª

Modificações objetivas

1. Nos termos do corpo do artigo 312.º, do Código dos Contratos Públicos, podem ser feitas as modificações objetivas no presente contrato.
2. Além do disposto no número anterior, o regime das alterações objetivas é o constante dos artigos 311.º a 315.º do Código dos Contratos Públicos, acompanhado da disciplina dos bens ou serviços complementares, nos termos dos artigos 370.º, 378.º, 438.º e 454.º, todos do Código dos Contratos Públicos, e de todas as suas normas que com as atrás referidas estejam relacionadas.

Cláusula 12.ª

Sanções contratuais

1. Caso o adjudicatário incumpra as suas obrigações, será sujeito à aplicação das sanções contratuais que constam do artigo 329.º com as devidas adaptações.
2. Caso o cocontratante incumpra um prazo parcial do plano de execução, será sujeito a uma multa diária correspondente a metade do valor máximo previsto no número anterior, podendo ser essa sanção ser anulada no caso de ser cumprido o prazo final, e o incumprimento parcial não tenha causado prejuízo significativo ao contraente público.
3. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, a qual será feita mediante comunicação da qual conste a situação que consubstancia o incumprimento, e dará um prazo adequado para a respetiva resposta.
4. É aplicável ao presente contrato, com as devidas adaptações, e tendo em consideração os fornecimentos ou serviços complementares, o disposto no artigo 372.º, do Código dos Contratos Públicos, e dessas disposições, especialmente o que corresponde à aplicação da sanção contratual aí prevista.

Cláusula 13.ª

Prazo de garantia

1. O prazo de garantia do serviço, ou do fornecimento, a que o adjudicatário está obrigado, é dois anos, contados do cumprimento da última prestação contratual.
2. No caso de estar em questão, essencialmente, um fornecimento, ou no âmbito de um contrato misto, ou incidentalmente, no contexto de uma prestação de serviços, o fornecimento de um equipamento, ou de um direito, ou de um dispositivo que tenha, do respetivo fabricante, um prazo de garantia, o adjudicatário é obrigado a fazer com que essa garantia se concretize em favor do contraente público.

Cláusula 14.ª

Resolução do contrato

1. O contraente público pode resolver o contrato sempre que esteja perante uma falta grave, que ponha em causa a satisfação do interesse público que justificou o estabelecimento da relação contratual.
2. O contraente público procederá à audiência prévia do adjudicatário, antes de proceder à resolução do contrato.
3. O cocontratante tem direito a resolver o contrato sempre que os atrasos de pagamentos se prolonguem por mais de seis meses, em montantes que representem, pelo menos, 25% do preço contratual, excluindo juros.

Cláusula 15.ª

Revogação do contrato

As partes podem, por mútuo acordo, revogar o presente contrato, se circunstâncias legalmente admissíveis o permitam, e a defesa concreta do interesse público aconselhe a que o contraente público se decida por essa opção.

Cláusula 16.ª

Eficácia financeira

1. Nos casos em que o contrato esteja sujeito ao exercício dos poderes de fiscalização financeira prévia, pelo Tribunal de Contas, não será conferida eficácia financeira às disposições relativas ao pagamento do preço contratual, nos termos legais aplicáveis.
2. O disposto no número anterior implica que não sejam reconhecidas quaisquer obrigações por parte do contraente público antes da concessão de *Visto*, tanto no que diz respeito a pagamentos, seja na contagem de prazo para efeito de pagamento de juros.

Cláusula 17.ª

Dever de sigilo

1. Sem prejuízo do disposto no Regulamentos de Proteção de Dados Pessoais, o prestador de serviços, o seu pessoal e todas as entidades e pessoas que aquele utilize no cumprimento das obrigações assumidas com a celebração do contrato, obrigam-se a guardar sigilo sobre toda a documentação e informações a que tenham acesso nos termos do contrato, não podendo facultar a terceiros, quaisquer informações nem sobre a natureza dos próprios serviços, nem sobre os resultados e conclusões deles, sem autorização escrita da Entidade Contratante, dos interessados titulares dos dados protegidos, nem utilizá-los em seu benefício.
2. A obrigação de sigilo profissional referida impõe-se também relativamente às informações que possam ser fornecidas internamente aos técnicos do prestador não diretamente envolvidos na prossecução dos



objetivos do contrato, desde que tais informações, pela sua natureza, possam perturbar a normal execução das prestações abrangidas pelo objeto do contrato.

3. O dever de sigilo abrange ainda toda a documentação e informação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
4. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
5. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou de outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 18.ª

Lei aplicável

Ao presente contrato é aplicável o Código dos Contratos Públicos, e demais legislação complementar.

Cláusula 19.ª

Foro competente

Sempre que não esteja nos documentos pré-contratuais, previsto o recurso à arbitragem, a resolução dos litígios emergentes da interpretação ou da execução do presente contrato é da exclusiva competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.



Cláusulas especiais do caderno de encargos

DIREÇÃO MUNICIPAL DE INTERVENÇÃO NO TERRITÓRIO, AMBIENTE E AÇÃO CLIMÁTICA

Divisão de Estudos e Projectos

CLÁUSULAS ESPECIAIS

Índice

1. Objeto e enquadramento normativo.
2. Partes do contrato.
3. Regras de interpretação.
4. Obrigações gerais da parte pública.
5. Direitos de fiscalização e direção e gestor de projeto.
6. Obrigações do cocontratante e sua responsabilidade.
7. Subcontratação.
8. Cessão da posição contratual.
9. Confidencialidade.
10. Responsabilidade perante terceiros.
11. Direitos de propriedade intelectual.
12. Fases de desenvolvimento do projeto e prazos de execução.
13. Comparência do cocontratante a atos necessários à execução do contrato.
14. Suspensão de execução.
15. Receção provisória e receção definitiva.
16. Preço, preço base e preço contratual.
17. Pagamento.
18. Inexistência de adiantamentos e de revisão de preços.
19. Seguros.
20. Caução.
21. Força maior.
22. Penalidades.
23. Não limitação de responsabilidade.
24. Resolução do contrato.
25. Extinção do contrato.
26. Legislação subsidiária.
27. Comunicações e notificações.
28. Competência contenciosa.

1. Objeto e enquadramento normativo.

1.1. Objeto.

É objeto do presente caderno de encargos a Prestação de Serviços de Revisão Integral do “Aquisição de Serviços de Revisão do Projeto do Pavilhão Gimnodesportivo EB2/3 João de Meira”, que consta do anexo I, a este caderno de encargos.

O projeto consiste em arquitetura e especialidades, sendo que a arquitetura foi desenvolvida internamente (Câmara Municipal de Guimarães) e as especialidades contratadas externamente.

1.2. Especificações técnicas.

Do anexo II, a este caderno de encargos, constam as especificações técnicas que os interessados em apresentar proposta têm de, indeclinavelmente, respeitar.

1.3. Serviços complementares.

O regime de serviços complementares no âmbito do presente contrato é o definido nos artigos 370º e 454º, do Código dos Contratos Públicos, e não são previstas outras possibilidades de modificação objetiva, além das expressamente previstas na lei.

1.4. Enquadramento normativo

Regem o contrato administrativo a celebrar em sequência do procedimento pré-contratual:

- a) O Código dos Contratos Públicos ou outros diplomas legais ou regulamentares, em tudo quanto sejam disposições peremptórias suas;
- b) O documento que leva o nome de contrato, e os anexos que dele façam parte integrante, dos quais se enumeram exemplificativamente os suprimimentos de erros por ação ou omissão, identificados pelos participantes no procedimento pré-contratual e que tenham sido aceites pela entidade adjudicante, os esclarecimentos e retificações aos cadernos de encargos, o presente caderno de encargos, e a proposta do adjudicatário, incluindo os esclarecimentos que este haja produzido à mesma;
- c) As regras de natureza profissional, e deontológica, nomeadamente as emitidas pelas associações públicas com intervenção na atividade do cocontratante.

2. Partes do contrato.

2.1. Parte pública.

É parte pública do presente contrato o Município de Guimarães, representado pela respetiva Câmara Municipal, nos termos que sejam concretizados no título contratual.

2.2. Cocontratante.

É cocontratante do contrato administrativo a celebrar em sequência do procedimento pré-contratual o respetivo adjudicatário.

2.2.1. Equipa do cocontratante que executará o contrato.

A execução do contrato será assegurada pela equipa em que os seus elementos sejam todos constituídos com Técnicos com pelo menos 10 anos de experiência, que consta da proposta do adjudicatário, que será identificada no anexo III, ao contrato.

2.2.2. Proibição de alteração da equipa.

Não é possível a alteração da equipa do cocontratante sem o acordo escrito da parte pública, salvo por facto incontornável por ele, e, ainda assim, o Município de Guimarães reserva-se o direito de avaliar os novos membros propostos, só os aprovando no caso das suas habilitações, perfis e experiência, serem equivalentes às dos membros originais.

2.2.3. Comunicação entre as diferentes partes

A comunicação do adjudicatário deverá ser feita sempre com a entidade adjudicante e nunca com os projetistas responsáveis pela elaboração do projeto em revisão.

2.2.4. Direito de resolução.

O desrespeito pelas disposições constantes dos dois parágrafos anteriores, dá ao Município de Guimarães o direito de resolver unilateralmente o contrato, com execução imediata da caução sem necessidade de qualquer procedimento judicial, ficando o seu valor perdido definitivamente para o prestador de serviços.

3. Regras de interpretação.

3.1. Princípio geral.

Caso surjam dúvidas sobre o conteúdo dos documentos que compõem o contrato, serão as mesmas resolvidas, sem prejuízo de um adequado exercício de interpretação sistemática, de acordo com o disposto no nº 1, do artigo 9º, do código civil, da seguinte forma: serão privilegiados os suprimidos de erros e omissões aceites pela parte pública, bem como os esclarecimentos e retificações produzidas, seguindo-se o presente caderno de encargos, a proposta do adjudicatário e os esclarecimentos que este haja produzido, quanto à sua oferta.

3.2. Dúvidas do prestador de serviços após a firma do contrato.

No caso de, após a assinatura do contrato, o prestador de serviços ter alguma dúvida sobre as regras e o conteúdo do contrato, ou de algum dos seus elementos componentes, terá de o comunicar ao Município de Guimarães, no prazo máximo de cinco dias sobre o facto, que se pronunciará sobre tal pedido de esclarecimento, em igual prazo.

3.3. O disposto na presente cláusula age em conjunto com o disposto no artigo 378, do Código dos Contratos Públicos.

4. Obrigações gerais da parte pública.

4.1. Informação a disponibilizar ao cocontratante.

O adjudicatário assume, com a apresentação da sua proposta, e depois de decorrido o procedimento pré-contratual sobre erros e omissões, que se encontra de posse de todos os elementos de que necessita, para o cumprimento do contrato, sem prejuízo do disposto no parágrafo seguinte.

4.2. Pedidos complementares do cocontratante.

Caso o cocontratante considere que necessita, para o cumprimento perfeito das suas obrigações de elementos complementares que não lhe tenha sido possível detetar, terá de solicitar o correspondente esclarecimento ao Município de Guimarães nos cinco dias posteriores à deteção dessa falta, seguindo-se o procedimento previsto contratualmente para o esclarecimento de dúvidas.

4.3. Contrato oneroso.

Sendo o contrato celebrado a título oneroso, a principal obrigação do Município de Guimarães é a de pontualmente proceder aos pagamentos previstos ao cocontratante.

5. Direitos de fiscalização e direção e gestor do contrato.

5.1. Regra geral.

A parte pública tem, nos termos, e para os efeitos, das disposições do Código dos Contratos Públicos, o direito de fiscalizar e dirigir execução do contrato, devendo fazê-lo de modo proporcional e adequado aos fins legais pretendidos, sem perturbar desnecessariamente o cumprimento das prestações do cocontratante.

5.2. Responsabilidade do cocontratante.

Nenhum dos atos da parte pública previstos no parágrafo anterior representa qualquer diminuição de responsabilidade, perante esta, do cocontratante, quanto à execução completa e perfeita da obrigação principal de revisão do projeto.

5.3. Gestor do contrato.

O gestor do contrato é o Arqt Filipe Silva, a quem cabe o acompanhamento permanente da sua execução, nos termos do artigo 290-A, do Código dos Contratos Públicos.

5.4. Delegação de competências no gestor do contrato.

À data de aprovação do presente caderno de encargos não há qualquer competência delegada pelo contraente público no gestor do contrato, e a sua atuação não dispensa o exercício criterioso dos poderes de fiscalização e direção, nem desobriga o co-contratante de qualquer das obrigações assumidas no contexto do contrato.

6. Obrigações do cocontratante e sua responsabilidade.

6.1. Responsabilidade

6.1.1. Princípio geral.

O cocontratante é plenamente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações que assume do contexto do contrato, não reconhecendo o Município de Guimarães qualquer outra entidade a tal efeito.

6.1.2. Responsabilização por revisão de projeto.

Se o adjudicatário cometer erro, por ação ou omissão, na sua atividade de revisão de projeto, fica responsável por todos os prejuízos que daí resultem para o Município de Guimarães.

6.2. Publicidade.

6.2.1. Adjudicatário.

O adjudicatário não poderá fazer qualquer publicidade, com exceção da menção geral no seu *curriculum*, sem colher a devida autorização do Município de Guimarães.

6.2.2. Município de Guimarães.

O Município de Guimarães, através de qualquer dos seus órgãos ou serviços poderá fazer menção ao projeto objeto deste contrato, ou ao seu autor, em qualquer documento, ato ou evento que promova, ou em que participe.

7. Subcontratação.

7.2. Princípio geral.

O cocontratante não pode subcontratar qualquer parte deste contrato, exceto se para tal recolher o acordo da parte pública, acordo esse obtido nos termos do Código dos Contratos Públicos.

7.2. Relação jurídica única.

Pelo presente contrato o Município de Guimarães estabelece uma única relação jurídica com o adjudicatário, não reconhecendo quaisquer subcontratados deste, para efeitos de autoria de revisão do projeto, ou quaisquer outros efeitos.

8. Cessão da posição contratual.

8.1. Proibição.

É proibida a cessão da posição contratual por parte do cocontratante, sem que o Município de Guimarães a autorize, e entendendo-se que a ela se pode opor sempre que entenda que dessa operação resulte menor garantia de qualidade da prestação de serviços em causa.

8.2. Consequências negativas da violação do ponto 8.1.

Caso o cocontratante pratique qualquer ato que tenha por intenção, ou efeito desejado, a violação do disposto no parágrafo precedente, dá direito ao Município de Guimarães de resolver o contrato, com execução imediata da caução, cujo valor ficará definitivamente perdido pelo cocontratante, sem necessidade de qualquer intervenção judicial.

8.3. O Município de Guimarães pode determinar a cessão compulsiva da posição contratual, nos termos do artigo 318-A, do Código dos Contratos Públicos.

9. Confidencialidade.

9.1. Regra geral.

O adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer dados, factos ou documentos, aos quais tenha acesso pela execução do contrato, que possam causar prejuízo à parte pública.

9.2. Proibição de entrega, ou de disponibilização, de documentos a terceiros.

É, além do disposto no parágrafo anterior, expressamente proibido ao adjudicatário que faculte o conhecimento a terceiros de documentos a que tenha acesso por efeito da execução do presente

contrato, documentos esses que sejam de propriedade original do Município de Guimarães, ou que o passem a ser em resultado do vínculo contratual aqui estabelecido.

10. Responsabilidade perante terceiros.

10.1. Inexistência por parte do Município de Guimarães.

O Município de Guimarães não assume quaisquer responsabilidades perante terceiros em função da execução do presente contrato.

11. Direitos de propriedade intelectual.

11.1. Transmissão de direitos.

Todos os direitos de propriedade intelectual, direitos de autor ou direitos conexos, que sejam legalmente passíveis de transmissão, sobre a revisão de projeto e seus elementos, ainda que estes últimos entregues parcialmente, nomeadamente os de natureza patrimonial e económica, serão transmitidos para o Município de Guimarães, por efeito de firma do contrato de prestação de serviços de revisão do projeto, logo que tais elementos estejam concluídos, e mesmo que sejam só parcialmente entregues.

12. Fases de desenvolvimento do projeto e prazos de execução.

12.1. Concretização.

O contrato é para ser cumprido **em duas fases distintas**:

. No âmbito da Projeto de Execução, a **primeira fase** durará no máximo **10 dias**, e a **segunda** durará no máximo **5 dias**, computando-se o prazo total em **15 dias**.

Perfazendo no total **15 dias** (não consecutivos).

Estas fases iniciam após a entrega dos projetos ao adjudicatário.

12.2. Conteúdo das fases.

Neste trabalho, numa **primeira fase**, o cocontratante identificará se existem erros, por ação ou omissão, que considere graves, e qual o meio de correção adequado, vertendo a análise para um relatório preliminar. Numa **segunda fase**, após a pronúncia do projetista à sua análise entregará o relatório final.

O contratante deverá verificar se o projetista cumpriu o conteúdo do contrato (ver Anexo IV) referente à realização do Projeto.

Ambos relatórios deverão ser assinados pelos Técnicos envolvidos na revisão.

12.3. Suportes documentais.

O cocontratante terá de entregar os elementos que integram as prestações ficando obrigado à apresentação de relatório (com respetiva conclusão) constando a análise de cada fase a qual terá de vir acompanhado de um índice de todas as peças analisadas e autenticadas e que constam no CD a devolver. A cada peça identificada terá de ser dada a referência de peça aprovada e/ou não aprovada.

12.4. Início de contagem de prazos.

Caso o presente contrato seja sujeito, pelo seu valor, à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, os prazos de execução contam-se da notificação às partes da concessão do respetivo *visto*, sendo que, se não for legalmente obrigatório tal ato, **os prazos contam-se da data da assinatura do título contratual.**

13. Comparência do cocontratante a atos necessários à execução do contrato.

13.1. Interpelação.

Sempre que interpelado para tal durante toda a vigência do contrato, o cocontratante, através de pessoal adequado, comparecerá a quaisquer atos necessários à execução das suas obrigações.

13.2. Reuniões periódicas.

Estabelece-se, por princípio, mas sujeito a uma aplicação racional e sempre que existam temas a merecer tratamento conjunto, a periodicidade semanal de reuniões entre os representantes do Município de Guimarães e os do cocontratante, para analisar a evolução dos trabalhos, sendo que dessas reuniões será sempre elaborada a respetiva cata.

14. Suspensão de execução.

14.1. Suspensão por motivo de interesse público.

Se, por motivo de interesse público, for necessário ao Município de Guimarães suspender a execução do contrato, pode fazê-lo licitamente.

14.2. Direitos do cocontratante.

Se a suspensão não exceder trinta dias, seguidos ou intercalados, não assiste ao cocontratante o direito a qualquer indemnização, mas caso se prolongue além desse prazo, terá direito não só a ser indemnizado pelos prejuízos que a suspensão lhe cause, sendo que, passados sessenta dias sobre o início da suspensão, tem o direito a resolver o contrato.

14.3. Elementos de projeto entregues.

Os elementos de revisão de projeto que tenham sido entregues até à suspensão, ou mesmo durante a sua vigência, têm de ter a sua remuneração assegurada pelo Município de Guimarães, mas são propriedade do Município de Guimarães, mesmo que não permitam que a revisão do projeto seja imediatamente utilizável.

14.4. Regime supletivo da suspensão.

Além do que está regulado nos parágrafos precedentes, as restantes modalidades de suspensão de execução são diretamente governadas pelas normas aplicáveis do Código dos Contratos Públicos.

15. Recepção provisória e recepção definitiva.

15.1. Recepção provisória.

A recepção provisória da revisão do projeto ocorre com a entrega dos documentos que a corporizem em cada fase estabelecida.

15.2. Recepção definitiva do projeto.

A recepção definitiva da revisão de projeto ocorre com a recepção provisória da obra que execute o projeto.

16. Preço, preço base e preço contratual.

16.1. Definição.

O preço base do procedimento que serve à adjudicação do presente contrato é de **17.100,00 € (Dezassete mil e cem euros)** ao qual acresce o valor do IVA, nos termos, e para os efeitos, do Código dos Contratos Públicos.

16.2. Preço contratual.

Nos termos, e para os efeitos, do Código dos Contratos Públicos, o preço contratual, sem IVA, substituirá o preço base do procedimento, passando a constituir, de acordo com o disposto nesse diploma, o limite de despesa.

16.3. Integralidade de cobertura de custos.

O preço a pagar pela parte pública cobre todas as despesas em que o prestador de serviços tenha de incorrer, não sendo reembolsados quaisquer valores que tenham sido por ele suportados, na preparação da proposta, ou na execução total do contrato.

17. Pagamento.

17.1. Cadência.

No final do trabalho será elaborado um parecer que confirme que a prestação a ela correspondente está realizada, sendo que esse documento, após aprovação, dará lugar a uma comunicação de cumprimento apresentada pelo cocontratante.

17.2. Distribuição do pagamento.

O pagamento far-se-á **em duas fases** (relatório preliminar e relatório final) e corresponderá a **50% + 50%** perfazendo-se o valor contratual global.

17.3. Faturação.

Havendo certeza sobre o que foi prestado, demonstrado pela aprovação do relatório final, o Município de Guimarães comunicará esse facto ao cocontratante, para efeitos de emissão imediata de fatura.

17.4. Vencimento das faturas.

As faturas emitidas no contexto deste contrato vencem-se no prazo de trinta dias.

17.5. Compensações de créditos.

Em todos os casos em que a parte pública tenha um crédito sobre o cocontratante, constituído por aplicação das regras do contrato, deve a mesma compensar esse crédito com quaisquer créditos que o cocontratante tenha.

17.6. Momento da compensação.

No caso de a parte pública não proceder à compensação de créditos no primeiro pagamento que deva fazer ao cocontratante, não é por esse facto que o crédito que tenha sobre ele cessa, podendo a mesma compensação ser efetuada mais tarde.

18. Inexistência de adiantamentos e de revisão de preços.

18.1. Adiantamentos.

Não serão efetuados adiantamentos pela parte pública, no âmbito do contrato aqui regulado.

18.2. Revisão de preços.

Não haverá qualquer revisão de preços, no seu total ou em alguma da sua parte, durante toda a vigência do contrato.

19. Seguros.

19.1. Cobertura e seu valor.

Além dos restantes seguros legalmente obrigatórios, nomeadamente quanto ao seu pessoal, o cocontratante tem de ter válido, à data da assinatura do contrato e durante todo o período da sua vigência, um seguro de responsabilidade civil com o valor mínimo de € 100.000, e que cubra todos os riscos que este assume, no contexto do contrato, e do disposto na lei nº 31/2009, de 3 de julho, na atual redação.

19.2. Comprovativo de pagamento do prémio.

No ato de assinatura do contrato o cocontratante apresentará cópia do recibo comprovativo do pagamento do prémio do seguro, que ficará na posse do Município de Guimarães.

19.3. Comprovação sucessiva.

Em cada renovação do seguro, ou na eventual celebração de outro com o mesmo escopo, o cocontratante terá de apresentar, sucessivamente,

19.4. Permanência de responsabilidade.

As obrigações de contratação de seguros, e sua manutenção, em nada diminui a responsabilidade do adjudicatário, quanto ao cumprimento das prestações ao abrigo deste contrato, e pelas consequências de um incumprimento.

20. Caução.

20.1. Montante.

O cocontratante não terá que apresentar caução.

20.2. Período de validade da caução.

A caução terá de estar válida até à receção provisória da obra que corporize a execução do projeto.

20.3. Execução e reconstituição da caução.

Se ocorrer qualquer execução da caução prestada, durante o período de vigência do contrato, o prestador de serviços é obrigado a reconstituí-la, no prazo máximo de quinze dias sobre a notificação da

parte pública para tal, sob pena de esta última poder resolver o contrato, com todas as consequências respetivas.

21. Força maior.

21.1.Regra geral.

Ocorrendo puro caso fortuito ou de força maior, ou seja, qualquer facto incontroável por qualquer das partes, nenhuma das partes será responsável perante a outra, sendo que incumbe à parte que identifique essa situação a comunicação à outra, no prazo máximo de cinco dias, sob pena de ter de suportar quer os seus prejuízos, quer os da outra parte.

22. Penalidades.

22.1.Sanções contratuais por atraso.

No caso de o prestador de serviços não cumprir o prazo estabelecido, será sujeito a uma multa contratual diária no máximo de 0,05 % do preço contratual, até ao limite de 30% desse preço, se o Município de Guimarães não optar pela resolução do contrato, caso em que o limite atrás apontado se reduz a 20%.

22.2.Sanções contratuais por outros factos.

Caso o prestador de serviços incumprir, isolada ou cumulativamente, quanto a outros aspetos das suas obrigações, além do desrespeito pelo prazo parcelares/final, pode ser sujeito a uma sanção contratual igual à apontada no parágrafo precedente, sempre com respeito pelos limites máximos estabelecidos no artigo do Código dos Contratos Públicos.

22.3.Determinação do valor da sanção contratual.

Na determinação do valor da sanção contratual, o Município de Guimarães terá em conta todos os elementos que contextualizem a factualidade pertinente, e, em particular, a gravidade do incumprimento e as suas consequências na ação da autarquia, a duração da infração, o desrespeito por instruções, preventivas ou não, dadas ao prestador de serviços, de modo a que seja praticado um ato fiel ao princípio da proporcionalidade.

22.4.Notificação de intenção de aplicação de sanções contratuais.

Caso ocorra incumprimento do cocontratante, seja de que natureza for, a parte pública notificará-lo-á de que tem um determinado prazo para corrigir o defeito da prestação, sob pena de aplicação de sanções contratuais.

22.5.Notificação de intenção de aplicação de sanções por atraso de cumprimento.

No caso de estar em causa o desrespeito pelos prazos parcelar vinculativo, ou do prazo final, a notificação referida no número anterior basta-se com a declaração de intenção de aplicação das sanções contratuais correspondentes, face à qual será dada a oportunidade de pronúncia ao cocontratante se pronunciar, tudo nos termos do nº 4, do artigo 325, do Código dos Contratos Públicos.

23. Não limitação de responsabilidades.

23.1.Princípio geral.

Exceto nos casos em que a lei expressamente a limite, ambas as partes são plena e reciprocamente responsáveis perante a outra, pelos prejuízos que causem em razão de atos ou omissões que assumam, no contexto do contrato, sendo que essa responsabilidade não está condicionada ou limitada à aplicação de sanções contratuais.

24. Resolução do contrato.

24.1 Resolução pelo Município de Guimarães.

Em qualquer situação em que esteja em causa a frustração do cumprimento tempestivo das obrigações do prestador de serviços, ou em que esse incumprimento provoque o desinteresse do Município de Guimarães na prestação, tem este o direito de resolver o contrato.

24.2. Resolução pelo prestador de serviços.

Sempre que o Município de Guimarães impeça o cumprimento do contrato por parte do prestador de serviços, ou no caso se qualquer fatura estar vencida há mais de sessenta dias, tem esse prestador o direito de resolver o contrato.

24.3. Consequências da resolução pela parte pública.

A resolução por parte do Município implica a execução imediata da garantia bancária sem necessidade de qualquer intervenção de natureza judicial, cujo valor ficará definitivamente perdido para o prestador de serviços, mas sem que prejudique o direito do Município em exigir indemnização pela totalidade dos prejuízos causados.

24.4. Consequências da resolução pelo prestador de serviços.

No caso de resolução ser declarada pelo prestador de serviços, tem ele o direito de ser indemnizado pelos prejuízos que o comportamento do Município lhe tenha causado.

24.5. Consequências em qualquer das duas modalidades.

Em qualquer das modalidades, os elementos de revisão de projeto que já hajam sido entregues não serão devolvidos, nem os respetivos direitos regressam ao prestador de serviços, exceto se o Município assim o desejar.

25. Extinção do contrato.

O contrato extingue-se:

- a) No momento da receção definitiva;
- b) Por resolução por qualquer das partes, cumpridos os termos definidos no Código dos Contratos Públicos;
- c) Por revogação de mútuo acordo entre as partes;
- d) Por impossibilidade definitiva e todas as restantes causas de extinção das obrigações reconhecidas em direito civil.



26. Legislação subsidiária.

Em tudo quanto não esteja disposto, podendo está-lo, no contrato ou neste caderno de encargos, são aplicáveis as normas do Código dos Contratos Públicos, e seus regulamentos, a título subsidiário.

27. Comunicações e notificações.

27.1. Menção obrigatória no contrato.

O contrato especificará obrigatoriamente os endereços, em todas as suas modalidades, das pessoas e órgãos que possam ser alvo de comunicações ou notificações, que seja necessário efetuar, na execução do mesmo.

28. Competência contenciosa.

28.1. Regra geral e única.

Para dirimir todos os litígios que possam emergir da interpretação, validade ou execução do presente contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

Anexo I

Projeto a rever

Anexo II

Especificações técnicas.

Anexo III

Equipa Técnica de revisão de projeto.

Anexo IV

Caderno Encargos Contratação Especialidades